



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06285/20

Objeto: Prestação de Contas Anuais

Relator: Conselheiro em Exercício Renato Sérgio Santiago Melo

Responsável: Ronaldo de Oliveira

EMENTA: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS – PRESIDENTE – ORDENADOR DE DESPESAS – CONTAS DE GESTÃO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA E NO ART. 1º, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 – ANÁLISE COM BASE NA RESOLUÇÃO NORMATIVA RN - TC N.º 01/2017 – SUBSISTÊNCIAS DE MÁCULAS QUE NÃO COMPROMETEM INTEGRALMENTE O EQUILÍBRIO DAS CONTAS – REGULARIDADE COM RESSALVAS – RECOMENDAÇÕES. A constatação de incorreções moderadas de natureza administrativa formal, sem danos mensuráveis ao erário, enseja, além de outras deliberações, a regularidade com ressalvas das contas, *ex vi* do disposto no art. 16, inciso II, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, com a reserva do art. 140, § 1º, inciso IX, do Regimento Interno do TCE/PB.

ACÓRDÃO AC1 – TC – 01180/2020

Vistos, relatados e discutidos os autos da *PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTADAS/PB, SR. RONALDO DE OLIVEIRA*, CPF n.º 291.718.508-21, relativa ao exercício financeiro de 2019, acordam, por unanimidade, os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE/PB*, em sessão realizada nesta data, com a ausência justificada do Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira e a convocação do Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo, na conformidade do voto do relator a seguir, em:

- 1) Com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, e no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 18/1993, *JULGAR REGULARES COM RESSALVAS* as referidas contas.
- 2) *INFORMAR* à supracitada autoridade que a decisão decorreu do exame dos fatos e das provas constantes dos autos, sendo suscetível de revisão se novos acontecimentos ou achados, inclusive mediante diligências especiais do Tribunal, vierem a interferir, de modo fundamental, nas conclusões alcançadas.
- 3) *ENVIAR* recomendações no sentido de que o Presidente do Poder Legislativo de Montadas/PB, Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF n.º 291.718.508-21, não repita as irregularidades apontadas no relatório dos peritos da unidade técnica deste Tribunal e observe, sempre, os



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06285/20

preceitos constitucionais, legais e regulamentares pertinentes, notadamente disposto no Parecer Normativo PN – TC – 00016/17.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Publique-se, registre-se e intime-se.
TCE/PB – 1ª Câmara Virtual

João Pessoa, 13 de agosto de 2020

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO
Conselheiro Antônio Gomes Vieira Filho
Presidente

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO
Renato Sérgio Santiago Melo
Conselheiro em Exercício – Relator

Presente:

Representante do Ministério Público Especial

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06285/20

RELATÓRIO

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): Cuidam os presentes autos do exame das CONTAS de GESTÃO do Presidente da Câmara Municipal de Montadas/PB, Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF n.º 291.718.508-21, relativas ao exercício financeiro de 2019, apresentadas eletronicamente a este eg. Tribunal em 05 de maio de 2020.

Inicialmente, cumpre destacar que os peritos da Divisão de Acompanhamento da Gestão Municipal V – DIAGM V deste Tribunal, após exame das informações inseridas nos autos, com base na resolução que disciplina o processo de acompanhamento da gestão (Resolução Normativa RN – TC n.º 01/2017), auditaram, através de instrumentos eletrônicos, as presentes contas e emitiram RELATÓRIO PRÉVIO ACERCA DA GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO DE MONTADAS/PB, ano de 2019, fls. 134/138, constatando, sumariamente, que: a) a receita orçamentária efetivamente transferida durante o exercício para o Poder Legislativo alcançou o valor de R\$ 759.039,12; b) a despesa orçamentária realizada no período pelo Parlamento Mirim atingiu o montante de R\$ 759.503,36; c) o total dos dispêndios da Câmara Municipal ficou abaixo do percentual de 7% do somatório da receita tributária e das transferências efetivamente arrecadadas no exercício anterior pela Urbe – R\$ 10.699.776,70; e d) os gastos com a folha de pagamento do Legislativo local abrangeram a importância de R\$ 437.555,60 ou 57,65% dos recursos repassados – R\$ 759.039,12.

No tocante à remuneração dos Vereadores, os técnicos desta Corte verificaram que: a) os Membros do Poder Legislativo da Comuna, inclusive o seu Presidente, receberam subsídios de acordo com o disciplinado no art. 29, inciso VI, alínea "a", da Lei Maior, ou seja, inferiores aos 20% dos estipêndios estabelecidos na Lei Estadual n.º 10.435/2015 para os Deputados Estaduais e para o Chefe da Assembleia Legislativa da Paraíba, limitados ao valor da remuneração do Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF; e b) os vencimentos totais recebidos no exercício pelos referidos Agentes Políticos, inclusive os do administrador do Parlamento Mirim, alcançaram o montante de R\$ 408.000,00, correspondendo a 3,32% da receita orçamentária efetivamente arrecadada no exercício pelo Município (R\$ 12.305.452,48), abaixo, portanto, do percentual de 5% fixado no art. 29, inciso VII, da Constituição Federal.

Especificamente no tocante aos aspectos relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar Nacional n.º 101, de 04 de maio de 2000), os inspetores da unidade técnica deste Tribunal assinalaram que a despesa total com pessoal do Poder Legislativo alcançou a soma de R\$ 585.075,31 ou 2,66% da Receita Corrente Líquida – RCL da Comuna (R\$ 22.025.102,09), cumprindo, por conseguinte, os limites de 6% (máximo) e 5,7% (prudencial), estabelecidos, respectivamente, nos arts. 20, inciso III, alínea "a", e 22, parágrafo único, ambos da supracitada lei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06285/20

Ao final, os especialistas desta Corte assinalaram as irregularidades constatadas, quais sejam: a) execução de despesas orçamentárias em valores superiores às transferências recebidas na quantia de R\$ 464,24; b) gastos do Poder Legislativo acima do limite estabelecido na Constituição Federal na soma de R\$ 10.518,99; e c) desobediência à determinação constitucional da realização do concurso público para admissão de pessoal.

Em seguida, após intimação do Chefe do Parlamento local para tomar conhecimento do mencionado artefato técnico, fl. 139, o Sr. Ronaldo de Oliveira apresentou contestação juntamente com a correspondente PRESTAÇÃO DE CONTAS, fls. 171/224, onde encartou documentos e alegou, em síntese, que: a) os recursos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2018 foram utilizados no exercício de 2019; b) com a retificação da base de cálculo, as despesas da Edilidade ficaram abaixo do limite constitucional; c) encaminhou, no início do ano de 2020, projeto de lei dispondo sobre a criação da estrutura administrativa da Câmara Municipal; d) em razão da ausência de cargos, foi obrigado a contratar pessoas por excepcional interesse público; e) assinou, em 23 de julho de 2019, junto ao Ministério Público Estadual, Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, onde firmou compromisso de criar cargos em comissão ou realizar procedimentos licitatórios para contratações de assessorias contábil e jurídica; f) enviou, em 13 de agosto de 2019, projeto de lei para criação do cargo em comissão de Contador Geral, cujo documento encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e g) esta Corte de Contas tem considerado legais as contratações diretas de contadores.

Remetido o caderno processual aos analistas da DIAGM V desta Corte, estes, após o exame da referida peça de defesa, elaboraram relatório, fls. 254/270, onde consideraram sanadas as eivas pertinentes à execução de despesas orçamentárias em valores superiores às transferências recebidas e aos gastos do Poder Legislativo acima do limite estabelecido na Constituição Federal. Ademais, mantiveram inalterada a pecha relativa à desobediência à determinação constitucional da realização do concurso público. Por fim, sugeriram o envio de recomendações no sentido do Parlamento de Montadas/PB devolver aos cofres do Município, ao final do exercício, as disponibilidades financeiras não comprometidas, em obediência ao princípio da unidade de caixa.

Instituto a se manifestar, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – MPJTCE/PB, fls. 273/279 e 282/284, pugnou, sumariamente, pelo (a): a) regularidade com ressalvas das contas em apreço; b) declaração de atendimento aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; e c) envio de recomendações à administração da Edilidade no sentido de promover concurso público para o preenchimento de cargos e funções rotineiramente contratados.

Solicitação de pauta para a presente assentada, fls. 285/286, conforme atestam o extrato de intimações publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PB de 20 de julho do corrente ano e a certidão de fl. 287.

É o breve relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06285/20

VOTO

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): *In casu*, ao manusear o presente caderno processual, constata-se, como mácula remanescente, a ausência de realização de prévio concurso público para admissão de pessoal no Poder Legislativo de Montadas/PB. Com efeito, conforme destacado pelos analistas deste Tribunal, temos três situações para a eiva em comento, a saber, inexistência de cargos efetivos na estrutura administrativa do Parlamento, atividades permanentes (serviços de vigilância, de limpeza e administrativos) contabilizadas no elemento de despesa 36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA FÍSICA, na quantia de R\$ 51.288,00, Documento TC n.º 10610/20, e contratação de assessoria jurídica e contábil em desacordo com o disposto no PARECER NORMATIVO PN – TC – 00016/17.

Em sua contestação, o Sr. Ronaldo de Oliveira disponibilizou os seguintes documentos: a) Projeto de Lei Municipal n.º 073, de 31 de janeiro de 2020, dispondo sobre a estrutura e organização do quadro de pessoal do Poder Legislativo, fls. 211/214; b) ata de sessão ordinária realizada em 09 de março de 2020, em que consta o encaminhamento do projeto às comissões da Casa Legislativa, fls. 215/219; c) Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado com o Ministério Público do Estado da Paraíba, datado de 23 de julho de 2019, fls. 220/223; e d) ofício, de 28 de fevereiro de 2020, fl. 224, direcionado ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando informações acerca da tramitação do projeto de lei atinente à forma de contratação de advogado e contador.

Especificamente acerca da composição do quadro de servidores, não obstante a apresentação pelo gestor de projeto de lei ao Poder Legislativo no ano de 2020, prevendo a criação de cargos de provimento efetivo (VIGILANTE, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS e AUXILIAR ADMINISTRATIVO), a unidade técnica de instrução desta Corte verificou a inexistência de efetivos em 2019, demonstrando que a nomeação de indivíduos para o exercício de cargos em comissão e a contratação de prestadores de serviços corresponderam à totalidade da estrutura de pessoal, excluindo os Edis. Logo, a atual administração da Casa Legislativa deve ser alertada de que as tarefas rotineiras precisam ser executadas por ocupantes de cargos de natureza permanente. Neste sentido, destacamos a jurisprudência do respeitável Supremo Tribunal Federal – STF acerca da matéria, *verbo ad verbum*:

(...) 1. A exigência constitucional do concurso público não pode ser contornada pela criação arbitrária de cargos em comissão para o exercício de funções que não pressuponham o vínculo de confiança que explica o regime de livre nomeação e exoneração que os caracteriza; precedentes. (...) (STF – Tribunal Pleno – ADI 1141/GO, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Diário da Justiça, 04 nov. 1994, p. 29.829)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06285/20

Já em relação às serventias jurídicas e contábeis, importa comentar que, consoante disposto no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, o Chefe da Edilidade de Montadas/PB firmou compromisso para, dentre outras providências, apresentar projeto de lei, até 15 de agosto de 2019, contemplando a criação de cargos em comissão de Procurador-Geral e Contador-Geral, e rescindir, até 30 de junho de 2020, as contratações efetuadas mediante inexigibilidades de licitações. No exercício de 2019, apesar da falta de informações, nos autos, acerca do modo de contratação das atividades jurídicas, constata-se, conforme registros do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES, a formalização da Inexigibilidade de Licitação n.º 01/2019 para a prestação de atividades contábeis, tendo como contratado o empresário CARLOS HENRIQUE PEREIRA BALBINO, CNPJ n.º 27.128.525/0001-63.

Destarte, não obstante o procedimento adotado, como também algumas decisões pretéritas deste Sinédrio de Contas, que já admitiram as contratações diretas de contadores, guardo reservas em relação a esses entendimentos, por considerar que despesas desta estirpe, embora nobres e de extrema relevância, não se coadunam com a hipótese de inexigibilidade, tendo em vista não se tratar de atribuição extraordinária ou de serviços singulares, mas de atividade rotineira da Edilidade, que deveria ser desempenhada por servidor público efetivo. Nesta linha de entendimento, merece relevo decisão deste Sinédrio de Contas, consubstanciado no PARECER NORMATIVO PN – TC – 00016/17, de 06 de dezembro de 2017, exarado nos autos do Processo TC n.º 18321/17, onde o Tribunal, em consulta normativa, na conformidade da conclusão deste relator, assinalou que os serviços de assessorias administrativas ou judiciais junto à administração pública devem, como regra, ser implementados por pessoal do quadro efetivo, com as mesmas palavras:

Os serviços de assessorias administrativas ou judiciais na área do direito, em regra, devem ser realizados por servidores públicos efetivos, somente podendo ser contratados diretamente com pessoas ou sociedades através de inexigibilidades de licitações, excepcionalmente, quando atendidas todas as normas previstas na lei específica que disciplina as licitações e os contratos administrativos (Lei Nacional n.º 8.666/1993). (TCE/PB – Tribunal Pleno – Processo TC n.º 18321/17, Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo, Data de Julgamento: 06/12/2017)

Desta forma, o Chefe do Parlamento de Montadas/PB deveria ter realizado o devido concurso público para a admissão de funcionários das áreas técnicas. Neste diapasão, cumpre assinalar que a ausência de contenda comum para seleção de servidores afronta os princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade administrativa e da necessidade de concurso público, devidamente estabelecidos no art. 37, cabeça, e inciso II, da Constituição Federal, senão vejamos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06285/20

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – *(omissis)*

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (grifamos)

Comungando com o mencionado entendimento, merece destaque o esmerado parecer emitido nos autos do Processo TC n.º 01150/05 pela ilustre Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Isabella Barbosa Marinho Falcão, que evidencia a necessidade de realização de concurso público para as atividades públicas contínuas e permanentes, textualmente:

Assim, devido ao caráter de contratação de serviços contábeis para realizar atividade contínua e permanente, deve ser realizado concurso público para contratação de contadores para a prestação dos serviços contratados, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal, vedada a contratação de escritório de contabilidade (pessoa jurídica) para realização do contrato com o ente público, excetuados os casos especiais de singularidade comprovada.

Também abordando o assunto em comento, o insigne Procurador do Ministério Especial, Dr. Marcílio Toscano Franca Filho, nos autos do Processo TC n.º 02791/03, epilogou de forma bastante clara sobre a manutenção de advogados e contadores públicos sem a implementação de prévio certame de seleção por grande parte dos gestores municipais, palavra por palavra:

Não bastassem tais argumentos, o expediente reiterado de certos advogados e contadores perceberem verdadeiros “salários” mensais da Administração Pública, travestidos em “contratos por notória especialização”, em razão de serviços jurídicos e contábeis genéricos, constitui burla ao imperativo constitucional do concurso público. Muito fácil ser profissional “liberal” às custas do erário público. Não descabe lembrar que o concurso público constitui meritório instrumento de índole democrática que visa apurar aptidões na seleção de candidatos a cargos públicos, garantindo impessoalidade e competência. JOÃO MONTEIRO lembrara, em outras palavras, que só menosprezam os concursos aqueles que lhes não sentiram as glórias ou não lhes absorveram as dificuldades. (grifos nossos)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06285/20

Acerca deste assunto, trazemos à baila a Súmula n.º 002 do eg. Tribunal de Contas de Mato Grosso – TCE/MT, que estabelece a necessidade de criação do cargo de contador através de lei e de seu provimento mediante concurso público, independentemente da carga horária de trabalho, *ipsis litteris*:

O cargo de contador deve ser criado por lei e provido por meio de concurso público, independentemente da carga horária de trabalho.

Feitas estas colocações, fica patente que as impropriedades remanescentes comprometem apenas parcialmente a regularidade das contas *sub examine*, visto que não revelaram danos mensuráveis, não denotaram atos de improbidade e não induziram ao entendimento de malversação de recursos. Na verdade, as incorreções observadas caracterizam falhas moderadas de natureza administrativa formal que ensejam, além de outras deliberações, o julgamento regular com ressalvas das contas, *ex vi* do disposto no art. 16, inciso II, da Lei Orgânica do TCE/PB (Lei Complementar Estadual n.º 18/1993), *ad litteram*:

Art. 16 - As contas serão julgadas:

I – (*omissis*)

II – regulares com ressalvas, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário;

De qualquer forma, caso surjam novos fatos ou provas que interfiram, de modo significativo, nas conclusões alcançadas, esta decisão poderá ser alterada, conforme determina o art. 140, § 1º, inciso IX, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – RITCE/PB.

Ex positis:

1) Com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, e no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 18/93, **JULGO REGULARES COM RESSALVAS** as CONTAS de GESTÃO do ORDENADOR DE DESPESAS da Câmara Municipal de Montadas/PB, Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF n.º 291.718.508-21, relativas ao exercício financeiro de 2019.

2) **INFORMO** à supracitada autoridade que a decisão decorreu do exame dos fatos e das provas constantes dos autos, sendo suscetível de revisão se novos acontecimentos ou achados, inclusive mediante diligências especiais do Tribunal, vierem a interferir, de modo fundamental, nas conclusões alcançadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06285/20

3) *ENVIO* recomendações no sentido de que o Presidente do Poder Legislativo de Montadas/PB, Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF n.º 291.718.508-21, não repita as irregularidades apontadas no relatório dos peritos da unidade técnica deste Tribunal e observe, sempre, os preceitos constitucionais, legais e regulamentares pertinentes, notadamente disposto no Parecer Normativo PN – TC – 00016/17.

É o voto.

Assinado 16 de Agosto de 2020 às 13:45



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE

Assinado 15 de Agosto de 2020 às 15:50



**Cons. em Exercício Renato Sérgio Santiago
Melo**
RELATOR

Assinado 17 de Agosto de 2020 às 14:49



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO